

Monitor Mercantil – 27/04/2010

Utilização de recursos dos "royalties da energia" não são fiscalizados

<http://www.monitormercantil.com.br/mostranoticia.php?id=78121>

Claudio questiona o uso dos valores repassados e também a maneira como foi licitada Belo Monte

O presidente do **Instituto Acende Brasil**, **Claudio J. D. Sales**, criticou nesta terça a não-fiscalização dos recursos oriundos da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) que, no ano passado, totalizou R\$ 1,8 bilhão. Esses recursos - dos quais 40% vão para os estados; 40%; para os municípios; e 20%, para a União -, segundo ele, não podem ser utilizados para pagamento de dívidas e nem de pessoal, conforme determina a lei. Atualmente, a utilização desse dinheiro é livre de qualquer fiscalização.

Segundo ele, esse dinheiro, considerado "royalties da energia", representa 6,75% da receita financeira de geração hidrelétrica do país. Belo Monte, sozinha, e quando estiver operando vai garantir, a título de CFURH, algo em torno de R\$ 160 milhões/ano.

Sales, que participou da abertura do "O Homem, a Usina e o Poder Público", realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, disse ao MONITOR MERCANTIL que a utilização desses recursos não é transparente.

- Esse é um dos pontos que estamos debatendo neste fórum. É muito dinheiro, R\$ 1,8 bilhão. É mais que o orçamento do Ministério das Minas e Energia, por exemplo. E a sociedade não percebe aplicação eficiente desses recursos. Quem decide a utilização é o presidente da República, da parcela que vai para o Governo Federal, os prefeitos e governadores de estados e municípios. Como aplicam, isso depende do prefeito e do governador para fazer uma aplicação eficiente que vai ser percebida pela sociedade o outro não - comentou, acrescentando que os Tribunais de Contas dos municípios e dos estados têm formas de acompanhar a aplicação desse dinheiro - se o prefeito se obriga a dar publicidade, aqui em função da existência de uma usina hidrelétrica na região, nós vamos receber tantos milhões, um volume expressivo na arrecadação geral desse município, então, o meu plano é aplicá-lo da seguinte maneira. Que diga antes para que possa ser cobrado pela sociedade.

Críticas a Belo Monte - **Claudio Sales** criticou a forma de como o Governo Federal impôs o projeto de construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, rotulando-o de projeto estruturante.

- Critico é a existência de projetos chamados estruturantes porque é um adjetivo, uma maneira de se criar um rótulo para o projeto, justificar sua execução independente dele não se mostrar mais eficiente do ponto de vista social, ambiental e econômico. O Brasil tem um elenco vasto de geração de energia. Deveria ter tido um processo de escolha que equalizasse todos esses projetos para que pudessem ser avaliados com base no seu mérito social, econômico e ambiental. Certamente o resultado seria uma matriz diversificada com todas as formas de geração de energia.

Em sua opinião, a discussão sobre essa usina é ampla. No entanto, do ponto de vista formal, afirma, Belo Monte é um fato.

- Houve um leilão e foi feita a outorga. Porém essa inquietude que se percebe na sociedade como um todo mostra que o processo que chegou até aqui não foi dos melhores. Se eu tivesse que atribuir uma razão para este fato, seria a maneira impositiva, chamando Belo Monte de projeto estruturante que o governo programou a construção dessa usina. O Brasil precisa de uma forma diversificada de geração de energia. Não pode estar subjugado a demonização de gerar energia ou endeusamento outras. Dizer que Belo Monte é um projeto que tem que ser feito de qualquer jeito, porque se quer muito, conforme disse o presidente Lula, não é uma justificativa suficiente para a sociedade.

Marcelo Bernardes